

## Rumo ao “Grande Ocidente” ou ao “Mundo Pós-Occidental”? Uma perspectiva

151

THORSTEN BENNER

A “governança global” é um programa político sobre como o mundo *deverá* ser governado, bem como um fenômeno observável de como o mundo *é* ou *possivelmente será* governado (Dingwerth/Pattberg, 2006). Os participantes do diálogo sobre a governança global com frequência confundem ambos os elementos. Trata-se em parte de um reflexo do fato de que a maioria dos escritores sobre a governança global possui em comum uma visão do mundo decididamente liberal. Como assinalou Michael Barnett, trata-se de escritores “que acreditam no progresso; a capacidade das pessoas de aprender com o passado; a construção de novas instituições políticas que aumentam a liberdade e reduzem a possibilidade da violência pessoal; e logo a capacidade de aperfeiçoar o caráter moral e o bem estar material da humanidade” (Barnett, 1997, p. 533).

Nas duas décadas que se passaram desde o fim da guerra fria, os internacionalistas liberais adaptaram seu discurso sobre a governança global em face das realidades em mutação. Logo após o fim da guerra fria, esperava-se que as Nações Unidas assumissem um papel central na “nova ordem mundial.” Na ocasião, em meados da década de 1990, em que ficou claro que a ONU não seria alçada totalmente à condição de pedra angular da ordem pós-guerra fria, os internacionalistas liberais transferiram sua atenção para os regimes intergovernamentais bem como as redes flexíveis de governos a exemplo dos G-7 / G-8. Quando, no final da década de 1990, já era evidente que os governos não eram mais os principais protagonistas do palco global, sendo que as ONGs e empresas transnacionais adotaram uma posição crescente, a pesquisa

global de governança se deparou com as parcerias e redes público-privadas a exemplo do Processo de Kimberley e a Comissão Mundial de Represas (Reinicke/Deng 2000). A esta altura, os países fora da OCDE constavam apenas na condição do “desafio da inclusão” e construção de capacidade em relação ao “Sul Global.” Os países fora da OCDE não constavam na condição de formadores independentes da governança global no discurso predominante. A mudança veio em meados da década de 2000, quando as “potências em ascensão,” como China, Índia e Brasil, começaram a ter voz no cenário global. Para muitos internacionalistas liberais, não se criou um desafio expressivo. Nas palavras de John Ikenberry, neste caso, a ordem mundial liberal “foi excepcionalmente capaz de assimilar as potências em ascensão e reconciliar a diversidade política e cultural” (Ikenberry 2011). Ikenberry postula que a “transição de poder representa não a derrota da ordem liberal, mas sim sua ulterior supremacia. Brasil, China e Índia se tornaram mais prósperos e capazes de operarem dentro da ordem internacional existente – beneficiando-se de suas regras, práticas e instituições, inclusive a Organização Mundial do Comércio (OMC) bem como o recém-organizado G-20. Seu sucesso econômico e influência em ascensão têm relação com a organização internacionalista liberal da política mundial, sendo que possuem profundos interesses na preservação daquele sistema (Ikenberry, 2011). Os estudiosos, a exemplo de Ikenberry, esperam que as potências em ascensão sejam “socializadas” e convertidas em “partes interessadas responsáveis” da ordem global liberal, conforme a expressão um tanto condescendente de Robert Zoellick, antigo presidente do Banco Mundial. O resultado seria um “Grande Ocidente,” à medida que a ordem mundial liberal criada pelo Ocidente fosse ampliada para incluir plenamente as potências em ascensão.

Já é hora de questionar este discurso acerca da adaptabilidade da governança global e da ordem global criada pelo Ocidente. Da mesma forma na qual as parcerias público-privadas bem como a inclusão de empresas e da sociedade civil não conseguiram lidar com um crescente volume de problemas além-fronteiras, não está nada claro se os países com influência recente, como Brasil, Índia e China assumirão com prazer suas posições de “partes interessadas responsáveis” na ordem global criada pelo Ocidente. Há o nítido perigo de que o “Grande Ocidente” seja mais uma ilusão dos formuladores de políticas e dos estudiosos do Ocidente, do que uma explicação precisa das principais tendências na evolução da ordem global.

Torna-se de especial importância uma visão mais objetiva a partir de uma ótica europeia. A Europa investiu (pelo menos em palavras) muito mais na

governança global e no multilateralismo do que seu sócio do outro lado do Atlântico. Enquanto as lideranças norte-americanas raramente pronunciam o termo “governança global” e as instituições teoricamente multilaterais muitas vezes permanecem na retaguarda, a UE se comprometeu a “elaborar uma ordem internacional com base no multilateralismo de fato” como meta global, em sua Estratégia Europeia de Segurança de 2003. Este documento crucial da UE propõe que “nossa segurança e prosperidade dependem cada vez mais de um sistema multilateral eficaz. A União pretende formar uma sociedade internacional mais forte, instituições internacionais eficientes – a exemplo das Nações Unidas, cujos Estatutos constituem o arcabouço fundamental para as relações internacionais – bem como uma ordem internacional com base em regras” (A Estratégia Europeia de Segurança de 2003).

Porém, qual nosso grau de multilateralismo de fato? O presente capítulo traça três etapas para chegar a uma avaliação a grosso modo: primeiro, apresenta o desafio triplo do multilateralismo e da governança global. Segundo, apresenta os motivos que levaram à “década perdida” para a governança global, de 2000 a 2010. Terceiro, o capítulo discorre sobre o âmbito de colaboração entre as potências em ascensão, de modo a aperfeiçoar a governança global na década vindoura.

#### O QUE ESTÁ EM JOGO? O DESAFIO TRIPLO DO MULTILATERALISMO E DA GOVERNANÇA GLOBAL

**P**ara seu êxito, a governança global deverá tratar de três desafios relacionados entre si. Em primeiro lugar, a administração da transição geopolítica<sup>1</sup>. O clube dos países com poderes para influir nas relações mundiais (para melhor ou para pior) acha-se em célere mudança: menos ocidental, menos interesses em comum, mais diversidade ideológica. A administração desta transição geopolítica apresenta um desafio expressivo para a governança global. A História evoca poucas bases para o otimismo. Tucídides, ao escrever sobre a Guerra do Peloponeso, observou que “a expansão do poder de Atenas e a preocupação por ela suscitada em Esparta tornou a guerra inevitável.” A ascensão das novas potências tem praticamente conduzido ao mesmo resultado desde aqueles tempos. É verdade que a Grã Bretanha cedeu poder aos Estados Unidos em um clima de paz, porém trata-se de uma exceção e não da regra. A ordem mundial não resistiu à ascensão de Alemanha e Japão – e em

1 O argumento é de Benner, 2010.

decorrência houve milhões de vidas perdidas. Pelos padrões históricos, a “ascensão pacífica” das novas potências seria um feito extraordinário. Sendo que neste caso o foco atual é a Ásia, com certeza, e não a América Latina. A conclusão, com boa dose de certeza, de que a ascensão do Brasil (em que pese o crescente ressentimento na América Latina) não conduzirá a uma guerra de importância é bem menos temerária do que a previsão de que China e Índia não se enfrentarão em guerras expressivas nas décadas vindouras. Apesar da crescente interdependência econômica, a Ásia (com os Estados Unidos no papel de principal protagonista externo) se apresenta como foco geopolítico de atritos. Os céticos históricos postulam que o continente precisa passar por outra etapa de guerras devastadoras de causas internas, para chegar a uma arquitetura de consenso regional – conforme o caso da Europa após duas guerras mundiais em seu território. Será necessário muito trabalho árduo por parte das grandes potências, combinado com alguma sorte, para evitar este cenário e construir uma ordem perene de segurança na região Ásia-Pacífico, sem passar por outras guerras devastadoras. No entanto, sem semelhança com as transições geopolíticas anteriores, a “ascensão pacífica” das novas potências seria insuficiente para garantir o êxito da governança global e do bem estar global.

O segundo desafio será lidar com as contingências globais de difícil controle, como clima / energia, proliferação nuclear, degradação ambiental e estabilidade financeira. Tais “problemas sem passaporte” (nas palavras de Kofi Annan, antigo Secretário-Geral da ONU) parecem em crescimento constante nas décadas recentes, sendo que os esforços globais para lidar com os mesmos não conseguem acompanhá-los.

O terceiro desafio correlato é o da legitimidade. Como condição mínima, os governos das grandes potências são obrigados a apoiar a conformação da ordem mundial para que esta seja considerada legítima. Porém, esta é apenas a condição mínima. Fora do clube do núcleo do G-20, há uma série de outros países que reivindicam no mínimo uma voz, que não se contentam em serem governados por um grupo fechado autodenominado de países G-X. Ademais, todos os estados (sejam ou não democráticos) estão sujeitos a grupos internos de interesse e de opinião pública. E é bem possível que esta opinião pública se torne cada vez mais populista e contrária à cooperação global, tanto no Ocidente que presencia um declínio relativo com a conseqüente convulsão social, como por parte das potências em ascensão a exemplo da China, onde o nacionalismo é um sentimento corrente. Acrescentem-se as reivindicações por responsabilização e transparência bem como as possibilidades e perigos

das comunicações globais, e o resultado será uma árdua perspectiva para a abordagem tradicional do multilateralismo, o domínio dos executivos, tecnocratas e especialistas em seus círculos fechados.

Isto nos leva a abordar as condições para o êxito do multilateralismo. Para iniciar, será útil adotar o discurso clássico de John Ruggie sobre o multilateralismo. Ao escrever pouco após a queda do muro de Berlim, Ruggie nos lembrou que nossa compreensão do multilateralismo deverá ir além do conceito apenas nominal sugerido por Keohane: "o que destaca o multilateralismo não é apenas sua coordenação das políticas nacionais em grupos de três ou mais estados, mas o faz com base em determinados princípios que ordenam as relações entre aqueles estados" (Ruggie, 1992, p. 567). De acordo com Ruggie, a ordem multilateral pós-1945 se apoiava em três características fundamentais: a igualdade soberana nominal<sup>2</sup>, a indivisibilidade (por ex: a segurança coletiva nas relações de segurança e a não discriminação no comércio), a reciprocidade difusa (a expectativa dos integrantes de ceder uma equivalência aproximada dos benefícios por um prazo prolongado e sem determinadas contrapartidas constantes). O mundo pós-guerra testemunhou a "explosão das combinações multilaterais" com uma forma pouco comum no núcleo, a organização universal de múltiplas finalidades que é a ONU. Esta ordem teve, em expressivo grau, o incentivo da liderança dos Estados Unidos. Como nos ensina Ruggie, "foi menos o fato da *hegemonia* norte-americana por trás da explosão das combinações multilaterais, e mais o fato da *hegemonia norte-americana*" (Ruggie, 1992, p. 568).

Destacam-se neste ponto três importantes fatores para o êxito do multilateralismo: primeiro, princípios e normas em comum. Segundo, a confiança. Apenas um mínimo de confiança será capaz de formar a base do tipo de "reciprocidade difusa" indispensável para evitar uma simples situação de toma-lá-dá-cá. Terceiro, a liderança.

## ONDE HOUE O MALOGRO? A DÉCADA PERDIDA DE 2000 A 2010

**A** década de 2000 foi perdida no tocante à governança global. Sim, de fato vimos a transformação do G-7 em G-20, porém trata-se talvez do único feito – e que terá ainda que dar seus frutos de verdade. A década que se ini-

2 A igualdade soberana andava de mãos juntas com os direitos especiais para os mais poderosos, com destaque no Conselho de Segurança, os TNP ou na estrutura do FMI e do Banco Mundial.

ciou com elevadas esperanças na Cúpula do Milênio da ONU em 2000, terminou com uma série sem fim de cúpulas de crises, que produziram compromissos não vinculantes na tentativa de salvar o mundo do abismo financeiro global. Ao mesmo tempo, houve pouco ou nenhum progresso em assuntos críticos como as mudanças climáticas, a proteção dos bens globais em comum e a segurança nuclear.

Nas três frentes de fatores críticos (princípios em comum, confiança e liderança) testemunhamos na década que passou uma queda, o que explica o enfraquecimento da governança global e do multilateralismo.

No tocante aos princípios em comum, a maior divergência se acha na experiência com a interpretação da soberania. A igualdade soberana (ao menos na teoria) bem como a não ingerência em estados soberanos foram fatores chave da ordem internacional pós-1945 – em especial no que tange à paz e segurança. Em razão do malogro na proteção das populações contra as atrocidades em massa e o genocídio na Bósnia e Ruanda em meados da década de 1990, há uma tendência em expansão no sentido de redefinir a soberania, passando esta de direito inquestionável a uma responsabilidade com obrigações, cujo cumprimento seria antecipado pelos observadores de fora. A palavra de ordem desta tendência é a “Responsabilidade de Proteger” (R2P), a qual postula que embora os governos sejam os principais responsáveis perante seus cidadãos, a comunidade internacional possui a responsabilidade de intervir na hipótese de governos que não sejam capazes ou não desejem proteger suas populações contra os crimes de atrocidades em massa. Os críticos julgam a R2P como dispositivo do intervencionismo ocidental – um expediente pseudo-legítimo para minar a soberania conquistada a duras penas pelos países, quando suas políticas contrariam os interesses ocidentais. Grande parte destes críticos tem base nas potências em ascensão. Não se trata de coincidência, à luz dos diferentes históricos. Para países como China e Índia, a condição de vítimas do imperialismo ocidental é parte importante da memória histórica. A soberania para estes países é uma realização preciosa e conquistada com esforço, que não será fácil enfraquecer. Nas potências em ascensão não democráticas, cogitar a utilização da R2P como pretexto para exigir mudanças do regime se configura em mais uma preocupação. Mark Leonard colocou o exemplo da R2P bem como a norma da soberania em um contexto mais amplo: “A grande história por escrever das últimas décadas trata da forma como uma ordem liberal econômica e política de inspiração europeia foi moldada na estrutura da ordem de segurança norte-americana. Trata-se de uma ordem que limita os poderes dos Estados e mercados, e

coloca em seu núcleo a proteção das pessoas. Caso os Estados Unidos fossem o xerife desta ordem, a UE seria seu tribunal constitucional. E agora sofre questionamento pelas potências emergentes” (Leonard, 2012). Independente do que se pensa desta leitura do quadro maior, deverá ficar clara uma conclusão. Os princípios e normas, a exemplo da soberania, sofrem crescente contestação, o que torna mais difícil a cooperação multilateral – esta atualmente trata, de diversas maneiras, das negociações em torno das alterações nas definições das principais normas entre um mais amplo conjunto de poderes.

A segunda dificuldade correlata é a confiança. Não há simplesmente o nível necessário de confiança entre as potências estabelecidas e em ascensão, para a reciprocidade difusa funcionar a um grau suficiente. Atingiu-se o nível necessário de confiança no Ocidente mediante a intensificação de seus vínculos entre diversos segmentos da sociedade, em especial as elites. Houve a facilitação por um conjunto em comum de valores básicos. Tal nível de confiança não implica na convergência de interesses. Pelo contrário, os interesses do Ocidente com frequência não se acham alinhados – como nos é dado constatar em questões como mudanças climáticas e governança financeira. Porém, um nível bastante elevado de confiança e a crença na “reciprocidade difusa” tornaram mais fácil investir nas instituições. Na falta da confiança necessária, não é uma grande surpresa o sombrio antecedente de cooperação multilateral na década passada.

Um importante terceiro fator para o malogro é a ausência de liderança. Ruggie indica que a ordem global pós-1945 residia em grande parte na liderança norte-americana. Apesar do que se afirma sobre a conduta dos Estados Unidos em determinados casos e sua tendência de exigir tratamento especial (o “isencionalismo”), este país investiu enormes recursos para viabilizar a ordem institucional após a Segunda Guerra Mundial. Os Estados Unidos agiram com bastante perspicácia e assistência no sentido de formular e garantir uma ordem institucional, que se evidenciou duradoura e sobreviveu ao colapso da União Soviética e da bipolaridade. Os Estados Unidos se mostraram muito menos previdentes ao lidar com seu “movimento unipolar” (Charles Krauthammer). No auge de sua supremacia global no final da década de 1990 e início de 2000, os Estados Unidos não se valeram da época para investir nas instituições internacionais, tornando-as mais robustas, flexíveis e adaptáveis a uma época na qual o poder do país seria mais contestado. Houve, na década que passou, pouquíssima liderança por parte dos Estados Unidos no campo do multilateralismo e das instituições multilaterais – sem mencionar o importante esforço para um mundo não nuclear pelo Presidente

Obama, e que há ainda de produzir seus frutos através de combinações institucionais. A decisão de transformar o G-7/8 em G-20 não se trata de liderança norte-americana, pois surgiu apenas quando os Estados Unidos não possuíam outra escolha durante a crise financeira, a qual desta vez teve origem no centro do sistema financeiro ocidental. Ainda em 2012, os Estados Unidos insistiram em manter seus antigos privilégios ao nomear um cidadão daquele país para chefiar o Banco Mundial. No lugar de investir na governança global, o país optou por colocar ênfase na condução de duas guerras muito dispendiosas e na sua defesa contra ataques terroristas. O *New York Times* observou pouco antes do 10º aniversário dos ataques de 11 de setembro: “A conta dos Estados Unidos por conduzir uma “guerra assimétrica” do século 21 atingiu no mínimo US\$ 3,3 trilhões. Colocado de outra forma, para cada dólar que a Al Qaeda gastou para perpetrar os ataques de 11 de setembro, o custo para os Estados Unidos foi de espantosos US\$ 6,6 milhões” (Sanger, 2011). Mesmo na atualidade, com os Estados Unidos se desvencilhando das guerras no Afeganistão e Iraque e se voltando a novos horizontes estratégicos, o “pivô asiático” se assemelha mais à antiquada política de equilíbrio do poder do que um investimento organizado em instituições internacionais.

O histórico de liderança não se mostra melhor na Europa. A UE iniciou a primeira década do século 21 com grandes ambições no tocante à governança global, terminando como entidade regional introvertida e vitimada pela crise. Mesmo que a “Europa Global” seja a única resposta à atual Eurodoença, as elites europeias não conseguem articular um projeto para a “Europa Global” e motivar suas populações. Para os observadores de fora, mesmo na retórica a Europa é percebida como protagonista de pouca substância. O histórico é sombrio no tocante a iniciativas concretas. Sim, a Europa ainda investe muito dinheiro nas instituições internacionais. Porém, a mesma quase não consegue dar-lhes forma para melhorar nesta época crítica de transição geopolítica. Trata-se de uma grande verdade ao se tratar das iniciativas simbólicas relativas ao formato e à integração das instituições bem como aos privilégios de determinados integrantes. A Europa não consegue entrar em acordo sobre o projeto de uma única vaga para a UE no Conselho de Segurança – e em seu lugar vê-se a Alemanha que reivindica sua própria vaga no Conselho (em face de opositores como Itália e Espanha nesta tentativa fútil). Não há um único exemplo da Europa renunciando a privilégios antiquados para abrir espaço ao papel e à voz mais amplos das potências emergentes na mesa global. Em 2011 a UE insistiu em colocar um europeu na liderança do FMI, em que pese a promessa anterior de que a Europa estava

disposta e ceder este privilégio. O raciocínio emitido pela UE (de que em meio à crise do euro era preciso ter um europeu no timão do FMI) apenas serviu de lenha na fogueira.

As potências em fase de declínio, como Estados Unidos e Europa, acham-se cada vez mais introspectivas e reduziram suas contribuições para a governança global. As potências em ascensão não se encontram dispostas a preencher o espaço da liderança. A maioria das potências em ascensão não produziu ainda visões maduras de como irá dispor de seu poder para fornecer os bens públicos globais e formatar a governança global. Acha-se irritante em geral, e com razão, que muitas das potências em ascensão reivindiquem direitos de poder, ao prosseguirem com a solidariedade do “Sul Global” e mantêm a retórica de países em desenvolvimento. Andrew Hurrell, acadêmico de Oxford, explica esta dualidade como sendo “a tensão entre ambicionar a influência internacional e continuar com sentido de vulnerabilidade, e a dificuldade de se defender contra um mundo cada vez mais invasivo o qual desafia as formas mais antigas e estabelecidas nacionais de agir e pensar.” Em parte, a ausência de liderança também se deve com certeza à falta de capacidade. Citando apenas dois exemplos: o tamanho das Relações Exteriores da Índia ou da comunidade brasileira de *think tanks* não corresponde hoje às ambições globais e ao papel destes países.

#### RUMO A UM NOVO COMPROMISSO COM AS INSTITUIÇÕES MULTILATERAIS?

Certamente não estamos a caminho de um “Grande Ocidente.” Porém sem investimentos continuados terminaremos com um “Mundo de Ninguém” ou um mundo “G-Zero” sem lideranças para o fornecimento de bens públicos globais. Para fazer face a esta tendência de queda, tanto as potências em declínio como as em ascensão deverão investir na governança global de forma a criar um conjunto mínimo de normas, construir confiança e demonstrar liderança conjunta. As potências estabelecidas e as em ascensão deverão considerar-se “partes interessadas conjuntas” na ordem global, o que poderá se configurar na bem vinda extinção da situação na qual uma parte define o que significa se tornar “parte interessada responsável.”

Seguindo o espírito das partes interessadas conjuntas, as principais potências deverão externar suas diferenças sobre os princípios chave, como a soberania. O Ocidente precisa aceitar que não funciona mais o antigo modelo de definição das normas seguido da implementação global. As potências em

ascensão têm o direito e o poder de co-formular as normas críticas, a exemplo da “responsabilidade de proteger.” Sendo que neste contexto é importante para as antigas potências ocidentais adotarem as iniciativas das potências em ascensão, se forem propostas em boa fé.

A iniciativa brasileira da “Responsabilidade ao Proteger” é um caso a se considerar. A mesma servirá de excelente ponto de partida para debates de um meio de campo para operacionalizar a R2P.

Com relação à construção de confiança, na ótica europeia é necessário investir nos vínculos transnacionais além dos esquemas transatlânticos estabelecidos. Na condição de candidato à presidência em 2008, Barack Obama postulou em Berlim que “é chegada a hora de construir novas pontes em todo o globo, tão resistentes como aquela que nos uniu de ambos os lados do Atlântico.” Já é hora de dispor de mais recursos para esta chamada. Aqui se incluem mais intercâmbios na via II entre a sociedade civil (ou seja, acadêmicos, *think tanks* e organizações de defesa de interesses) oriunda das potências estabelecidas e em ascensão, para chegar a um entendimento sobre a necessidade de investir na governança global bem como nas formas inovadoras de agir. Tais intercâmbios aumentariam a capacidade das partes de vislumbrar o mundo na ótica do lado oposto – não apenas com o discurso próprio histórico e fatos pré-concebidos que com frequência são dados como certos (veja Mishra, por exemplo, 2012).

O resultado, espera-se, seria também pressões por maior liderança por parte de todos os protagonistas críticos. A falta de liderança resulta com frequência da ausência de pressões internas para a promoção de políticas prospectivas de governança global. Já é a hora dos *think tanks* e dos acadêmicos de todos os principais países procurarem realizar suas próprias contribuições para reverter esta tendência – com base em uma análise equilibrada sobre o rumo da governança global no mundo “pós-Occidental” (por falta de termo melhor) em processo de formação.

**Thorsten Benner** é co-fundador e diretor do Instituto de Políticas Públicas Globais *Global Public Policy Institut (GPPi)* em Berlim. Seu livro mais recente é *The New World of UN Peace Operations: Learning to Build Peace?* (OUP, 2011). Estudou ciência política, história e sociologia na Universidade de Siegen (Alemanha), Universidade de York (Reino Unido) e na Universidade da Califórnia, Berkeley. Tem um Mestrado em Administração Pública (MPA) pela Escola de Governo Kennedy da Universidade de Harvard.

## REFERÊNCIAS

- BARNETT, Michael. Bringing in the New World Order: Liberalism, Legitimacy, and the United Nations. *World Politics* 49, p. 526-551, 1997.
- BENNER, Thorsten. The Dual Challenge of Global Governance. *Global Policy*, 21 de abril de 2010.
- BENNER, Thorsten. Making Multilateralism Work for a Multipolar Age, 11 de janeiro de 2011.
- DINGWERTH, Klaus/ PATTBERG, Philipp. Global Governance as a Perspective on World Politics. *Global Governance* 12, p. 185-203, 2006.
- Estratégia Europeia Segurança de 2003.
- IKENBERRY, G. John. Liberal Internationalism 3.0: America and the Dilemmas of Liberal World Order. *Perspectives on Politics* 7 (1), p. 71-87, 2009.
- IKENBERRY, G. John. The Future of the Liberal World Order. Internationalism after America. *Foreign Affairs*, maio / junho de 2011.
- LEONARD, Mark. The End of the Affair. *Foreign Policy*, 24 de julho de 2012.
- MISHRA, Pankaj. *From the Ruins of Empire: The Revolt Against the West and Remaking of Asia*. London: Allen Lane, 2012.
- REINICKE, Wolfgang/Francis Deng et al. *Critical Choices. Networks, the United Nations and the Future of Global Governance*. Ottawa: IDRC, 2000.
- RUGGIE, John Gerard. Multilateralism: the anatomy of an institution. *International Organization* 46 (3), p. 561– 598, 1992.
- SANGER, David. The Price of Lost Chances. *New York Times*, 8 de setembro de 2011.







## Publicações anteriores dos *Cadernos Adenauer*



**Economia verde** (n. 1, 2012)

**Caminhos para a sustentabilidade**  
(edição especial, 2012)

**Municípios e Estados: experiências  
com arranjos cooperativos** (n. 4, 2011)

**Ética pública e controle da corrupção**  
(n. 3, 2011)

**O Congresso e o presidencialismo  
de coalizão** (n. 2, 2011)

**Infraestrutura e desenvolvimento**  
(n. 1, 2011)

**O Brasil no contexto político regional**  
(n. 4, 2010)

**Educação política: reflexões e práticas  
democráticas** (n. 3, 2010)

**Informalidade laboral na  
América Latina** (n. 2, 2010)

**Reforma do Estado brasileiro:  
perspectivas e desafios** (n. 1, 2010)

**Amazônia e desenvolvimento  
sustentável** (n. 4, 2009)

**Sair da crise: Economia Social de  
Mercado e justiça social** (n. 3, 2009)

**O mundo 20 anos após a  
queda do Muro** (n. 2, 2009)

**Migração e políticas sociais** (n.1, 2009)

**Segurança pública** (n. 4, 2008)

**Governança global** (n. 3, 2008)

**Política local e as eleições de 2008**  
(n. 2, 2008)

**20 anos da Constituição Cidadã**  
(n. 1, 2008)

**A mídia entre regulamentação e  
concentração** (n. 4, 2007)

**Partidos políticos: quatro continentes**  
(n. 3, 2007)

**Geração futuro** (n. 2, 2007)

**União Europeia e Mercosul: dois  
momentos especiais da integração  
regional** (n. 1, 2007)

**Promessas e esperanças: Eleições na  
América Latina 2006** (n. 4, 2006)

- Brasil: o que resta fazer?** (n. 3, 2006)
- Educação e pobreza na América Latina** (n. 2, 2006)
- China por toda parte** (n. 1, 2006)
- Energia: da crise aos conflitos?** (n. 4, 2005)
- Desarmamento, segurança pública e cultura da paz** (n. 03, 2005)
- Reforma política: agora vai?** (n. 02, 2005)
- Reformas na Onu** (n. 01, 2005)
- Liberdade Religiosa em questão** (n. 04, 2004)
- Revolução no Campo** (n. 03, 2004)
- Neopopulismo na América Latina** (n. 02, 2004)
- Avanços nas Prefeituras: novos caminhos da democracia** (n. 01, 2004)
- Mundo virtual** (n. 06, 2003)
- Os intelectuais e a política na América Latina** (n. 05, 2003)
- Experiências asiáticas: modelo para o Brasil?** (n. 04, 2003)
- Segurança cidadã e polícia na democracia** (n. 03, 2003)
- Reformas das políticas econômicas: experiências e alternativas** (n. 02, 2003)
- Eleições e partidos** (n. 01, 2003)
- O Terceiro Poder em crise: impasses e saídas** (n. 06, 2002)
- O Nordeste à procura da sustentabilidade** (n. 05, 2002)
- Dilemas da Dívida** (n. 04, 2002)
- Ano eleitoral: tempo para balanço** (n. 03, 2002)
- Sindicalismo e relações trabalhistas** (n. 02, 2002)
- Bioética** (n. 01, 2002)
- As caras da juventude** (n. 06, 2001)
- Segurança e soberania** (n. 05, 2001)
- Amazônia: avança o Brasil?** (n. 04, 2001)
- Burocracia e Reforma do Estado** (n. 03, 2001)
- União Europeia: transtornos e alcance da integração regional** (n. 02, 2001)
- A violência do cotidiano** (n. 01, 2001)
- Os custos da corrupção** (n. 10, 2000)
- Fé, vida e participação** (n. 09, 2000)
- Biotecnologia em discussão** (n. 08, 2000)
- Política externa na América do Sul** (n. 07, 2000)
- Universidade: panorama e perspectivas** (n. 06, 2000)
- A Rússia no início da era Putin** (n. 05, 2000)
- Os municípios e as eleições de 2000** (n. 04, 2000)
- Acesso à justiça e cidadania** (n. 03, 2000)
- O Brasil no cenário internacional** (n. 02, 2000)
- Pobreza e política social** (n. 01, 2000)